



INST. PREV. SERV. PÙB. DE LARANJEIRAS DO SUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2025

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

Página: 3 / 3

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARITAÇÃO)		SALDO ATUAL			
Contas e Equivalentes de Caixa		0,00			
Investimentos e Aplicações		0,00			
Outros Bens e Direitos		0,00			

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (06)		0,00	0,00	

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre
DESPESAS CORRENTES (09)	310.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (09)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (09 + XIV)	310.000,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVII) = (06 - XVI)	(310.000,00)	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre
Contribuições das Servidores	11.200.000,00	8.723.278,09
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XIV)	11.200.000,00	8.723.278,09

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO (XIII) = (VIII) - (VIII)P	0,00	0,00	0,00	0,00

	INST PREV SERV PUB DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO/2024 A AGOSTO/2025
	Página: 1 / 2

[illegible]

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (v)	VALOR	% SOBRE O LÍQ. LÍQUIDA
(i) Transfêrencias obrigatórias da União relativas às entidades individuais (art. 156-A e art. 217, III)	R\$ 483.080,79	1,74%
(ii) Transfêrencias obrigatórias da União relativas às entidades do terceiro setor (art. 156, II e art. 217, III)	0,00	0,00%
(iii) Recursos destinados ao pagamento das ações contenciosas de saúde e às ações de controle de externalidade (art. 114, par. 1º, III, do CF - 100502-00)	5.170,20	0,02%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDAS (RCL-IRPJ) (v) = (i) + (ii) + (iii)	R\$ 488.250,99	0,02%
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (DTP) (v) = (a) + (b) + (c) + (d)	6.764.000,00	0,00%
LÍMITE MÁXIMO (L) (v) (conforme o art. 6º do art. 21, do CF)	6.764.000,00	0,00%

[illegible][illegible]

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	COTAÇÃO INICIAL	COTAÇÃO ATUALIZADA (1)	DESEMPENHO CONTRADIÇÃO		DESEMPENHO LIQUIDAÇÃO	
			NO TRAMITE	% DIFERENÇ (2)	NO TRAMITE	% DIFERENÇ (3)
DESEMPENHO (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	139.000.000,00	6.700.000,00	132.300.000,00	100,00	6.700.000,00	100,00
PROVIDENCIA SOCIAL	139.000.000,00	20.000.000,00	6.700.000,00	100,00	6.700.000,00	100,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	139.000.000,00	139.000.000,00	6.700.000,00	100,00	6.700.000,00	100,00
PROVIDENCIA DO REGIME ESPECIAR	139.000.000,00	139.000.000,00	6.700.000,00	100,00	6.700.000,00	100,00
DESEMPENHO (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000


INST PREY SERV PUB DE LARANJEIRAS DO SUL
RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2025
Página: 1 / 1

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			% Cumulativa	% a Cumulativa (2) - % (3) (atual) (2)		% Cumulativa	% a Cumulativa (5) - % (6) (atual) (5)	% (6) - % (5)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (8)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
DESPESA SOCIAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TOTAL (8) =	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	


 INST PREV SERV PUB DE LARANJEIRAS DO SUL
 RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
 DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO DE 2024 A AGOSTO DE 2025
 Página: 1 / 2

[illegible]


 INST PREY SERV PUB DE LARANJEIRAS DO SUL
 RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO DE 2024 A AGOSTO DE 2025

UF: AC | SI: 16011 | Anexo II

Página: 2 / 2



INST PER SERV PVB DE LARANJEIRAS DO SUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2025

Página: 1 / 2

FREIO - ANEXO R (LRF, W III, S III e S III)

ACRIMA DA LINHA		PREVISÃO ATUALIZADA	Até Agosto / 2025
RECEITAS PRIMARIAS			RECEITAS REALIZADAS (x)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)		0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
IPTU		0,00	0,00
ISS		0,00	0,00
ITBI		0,00	0,00
IPMSF		0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		0,00	0,00
Recotas partecional		0,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)		0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00
Transferências correntes		0,00	0,00
Conta-Parte do FPM		0,00	0,00
Conta-Parte do ICMS		0,00	0,00
Conta-Parte do IPVA		0,00	0,00
Conta-Parte do ITR		0,00	0,00
Transferências da LC 81/1989		0,00	0,00
Transferências do FUNDEF		0,00	0,00
Outras transferências correntes		0,00	0,00
Demais receitas correntes		0,00	0,00
Outras Receitas Correntes (III)		0,00	0,00
Recotas Correntes Realizadas		0,00	0,00
RECEITAS PRIMARIAS FINANCIARIAS (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I + II + III)		0,00	0,00
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)		15.900.000,00	14.125.179,74
RECEITAS NÃO PRIMARIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)		4.000.000,00	3.528.020,33
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)		0,00	0,00
Operações de Crédito (VIII)		0,00	0,00
Amonização de Empréstimos (IX)		0,00	0,00
Alienação de Bens		0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		0,00	0,00
Outras Alienações de Bens		0,00	0,00
Transferências de Capital		0,00	0,00
Convênios		0,00	0,00
Outras Transferências de Capital		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias		0,00	0,00
RECEITAS PRIMARIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII) + (VIII) + (IX) + (X) + (XI) + (XII)		0,00	0,00
RECEITAS PRIMARIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMARIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)		15.900.000,00	14.125.179,74
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + X + XV)		0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPREENDIMENTAIS	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS PAGA (II)	RESCISÃO A PAGAR	
					RESCISÃO A PAGAR NÃO PROJEÇÁVEL (PAGOS PÁGOS II)	RESCISÃO A PAGAR PROJEÇÁVEL (PAGOS II)
					LIQUIDADOS	PAGOS (II)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPIS) (XIV)	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e encargos sociais	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluguel e encargos sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPIS) (XIV + XVII + XIX)	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPIS) (XIV)	19.860.000,00	13.512.191,70	13.512.191,70	13.504.978,76	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPIS) (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPIS) (XXII)	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Fiançamentos (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Títulos de Capitalização (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Títulos de Crédito (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPIS) (XXII + XXIII + XXIV + XXV + XXVI + XXVII + XXVIII + XXIX)	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPIS) (XXX)	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPIS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

[illegible]

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMARIO		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		27.215.000,00
JURCS NOMINAIS		Até Agosto / 2025
		VALOR INCORRIDO
Jurcs, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exercício RPPS) (XXXXX)		0,00
Jurcs, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exercício RPPS) (XXXXX)		0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXXX) + XXXX + (XXXXX - XXXXXX)		0,00

ANEXO DA LÍZEA		SALDO	
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		Em 31/12/2020 (R\$)	Ano Agente / 2020 (R\$)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXXX)			
DEBÍTORES (XL)		0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa		0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta		0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (XL)		0,00	0,00
(-) Despesas Postulativas a Valores Vinculados		0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros		0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXXX - XL)		0,00	0,00

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) = Abaixo da Linha (XLII) = (XLIIa - XLIIb)	0,00
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	20.015.000,00
A. SISTEMA MIZIQUO AGICO	2018 - Exercício 2018

VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (X1,Y1) = (X1B - X1A)	0,00
RECETA DE ALENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (X1V) = (X1)	0,00
VARIAÇÃO CARRA (X2V)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (X2V1)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (X2V10)	0,00
OUTROS AJUSTES (X2X00)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = (X1B + (X1V - X1V1 + X1V2 + X1V3 + X1V10) - (X2X00))	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (L) = (L) - (XXXV1 - XXXV10)	0,00

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	300.000,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	300.000,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00


INST PREV SERV PUB DE LARANJEIRAS DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2025

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita		19.600.000,00
Previsão Atualizada da Receita		19.900.000,00
Receitas Realizadas		17.653.203,04
Déficit Orçamentário		0,00

Créditos Adicionais	300.000,00
Dotação Atualizada	20.300.000,00
Despesas Empenhadas	13.512.191,70
Despesas Liquidadas	13.512.191,70
Despesas Paga	13.504.973,76
Superávit Orçamentário	4.141.011,34
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	13.512.191,70
Despesas Liquidadas	13.512.191,70
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	0,00
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	0,00
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Despesa com Pessoal	0,00
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o Bimestre
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO I)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	13.512.191,70
Despesas Previdenciárias Liquidadas	13.512.191,70
Despesas Previdenciárias Paga	13.504.973,76
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO I)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Paga	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMARIO		Meta fixada no anexo de metas fiscais da LOO (a)	Resultado apurado até o bimestre (b)	% em relação a meta (a/b)
Resultado Nominal		0,00	(8.208.742,05)	0,00%
Resultado Primario		23.019.000,00	(8.208.742,05)	0,00%
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR				
	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
	0,00	0,00	0,00	0,00
	Poder Executivo	0,00	0,00	0,00
	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	0,00	0,00	0,00	0,00
	Poder Executivo	0,00	0,00	0,00
	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - IDE				
	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais		
		% Mínimo a aplicar no bimestre	% Máximo a aplicar no bimestre	
		20%	70%	
Mínimo Anual de 25% das Impostas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - IDE				
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais de Educação Básica				
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL				
	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar		
Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00		
Despesa de Capital Liquidada	0,00	50.000,00		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDENCIA				
	Exercício em Referência	1ºº Exercício	2ºº Exercício	3ºº Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Reparação (Plano Financeiro)				
	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00



INST PREV SERV PUB DE LARANJEIRAS DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2025

REIO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)
Página: 2 / 2

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o trimestre	Saldo a realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Apliação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		
	Valor apurado até o trimestre	Limites constitucionais anuais
		% Mínimo a aplicar no trimestre % Aplicado até o trimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15% 0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINGIDO DERIVADAS DE PPP		
Total dos Despesas (3.1)	Valor apurado no Exercício Corrente	

INST PREV SERV PÙB DE LARANJEIRAS DO SUL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2025

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 5º, inciso I, alínea "f")

Página: 1 / 1

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO SE HOJE		
		sit o 1º Quadrimestre	sit o 2º Quadrimestre	sit o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Específicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Franjimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Franjimento e Reapropriação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
do PIS/PIS-Offt	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Indicação Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Proterores a \$555.000 (Inclusive) - Variáveis e não Págo	0,00	0,00	0,00	0,00
Data Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Depósitos Realizados e Valores Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00
Banco Reservas Previsionais	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DC(LI) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)	34.437,45	34.437,45	0,00	0,00
(1) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A § 1º da CF), (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
(2) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDENOVAMENTO (III) = (IV + V)	34.437,45	34.437,45	0,00	0,00
% INDIQUE O RCL AJUSTADA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
% INDC sobre a RCL AJUSTADA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (%)	41.324,34	41.324,34	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (porco 31 de 1º de set. até 30 de LRF) - (%)	37.150,45	37.150,45	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO SE HOJE		
		sit o 1º Quadrimestre	sit o 2º Quadrimestre	sit o 3º Quadrimestre
ANTICIPOÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA -ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A \$555.000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A \$555.000 (não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Antecipados	278.583,07	278.583,07	0,00	0,00
PPI NÃO PROCESSADOS DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

	INST PREV SERV PUB DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGUARANTIAS DE VALORES ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO DE 2025				Página: 1 / 1
RDF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" do art. 40, § 1º)					
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025			
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre	
ACOS ESTADORAIS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ACOS INTERIORES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (I) + (II) + (III) + (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (VI)	34.437,45	34.437,45	0,00	0,00	0,00
(3 Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, V, da CF)) (VII)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE EMPENHAMENTO (VIII) = (VI – VII)	34.437,45	34.437,45	0,00	0,00	0,00
% DO TOTAL DAS GARANTIAS EM RCL AJUSTADA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL, art.91 da Lei 4306/12*	7.576,24	7.576,24	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (Inciso III do art. 59 da Lei 4306/12) -<=	6.816,82	6.816,82	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia de operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia de operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia de operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia de operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia de operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia de operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESCRIÇÃO DAS MEDIDAS CORRETIVAS	0,00	0,00	0,00	0,00



INST PREV SERV PUB DE LARANJEIRAS DO SUL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2025

Página: 1 / 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária		0,00	0,00
Interna		0,00	0,00
Externa		0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00
Interna		0,00	0,00
Empendidos		0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		0,00	0,00
Antecipação de Receita Pela Venda a Termo de Bens e Serviços		0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívida (LRF, art. 29 1º)		0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação * (b)		0,00	0,00
Externa		0,00	0,00
Empendidos		0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços		0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, 1º)		0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação * (b)		0,00	0,00
TOTAL (III)		0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA - RCL(VI)	0,00	-
(I) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	-
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDEVIDAMENTO (VII) = (VI - V)	0,00	-
RECURSOS VINCULADOS (VIII)	0,00	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINE DA APLICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (VII - III - (IX))	0,00	0,00
LIMITE GERAL, DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL, PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERIORES E EXTERNAS		16,00 %
LIMITE DE ADEQUAÇÃO (INCLUI A RCL DO ART. 56, § 9º, DO LRF)		14,40 %
RECURSOS DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		16,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL, PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA		16,00 %

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
De FORTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO 2023

1

1

RECEITA DE CAPITAL

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR c = (a - b)
RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rembolsos das Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (g)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DESCRIÇÃO ATIVIDADES (a)	DESPESA EMPREGADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGADA	PERCENTUAL DE PAGTO (b) = (d/c)	SALDO A PAGAR (e) = (a-d)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio das Servidoras Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (g)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO APLICAR	EXERCÍCIO ANTERIOR (h)	DO EXERCÍCIO (i) = (IIb - (IIIa + IIIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Valor: R\$ 270.000,00
Conta Despesa: 00375
Fonte: 00932
TOTAL ----- R\$ 410.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto, no artigo anterior, será utilizado como recursos o excesso de arrecadação, conforme demonstrado abaixo:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:	CONTA RECEITA	DESCRIÇÃO	VALOR
24.22.99.01.06.00.00.00	Deliberação nº 0132025 - CEDCAPR - Fortalecimento da Política da Criança e do Adolescente	R\$ 380.000,00	
1.3.21.01.01.01.00.00.00	Rendimentos Bancários	R\$ 30.000,00	
TOTAL		R\$ 410.000,00	

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, em 23 de setembro de 2025.



EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Assinado de forma digital por EMANOEL VANDERLEI VOLFF:64410412949
Dados: 2025.09.23 14:43:44 -03'00'

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

DECRETO Nº. 141/2025.
De 23 de setembro de 2025.

EMENTA: Abre crédito adicional, conforme Lei nº 808/2025, e dá outras providências.

O Senhor EMANOEL VANDERLEI VOLFF, Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, tendo o disposto na Lei nº 808/2025, resolve,

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto o Orçamento-Geral do Município de Porto Barreiro para o exercício de 2025, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 752.000,00 (Setecentos e cinquenta e dois mil reais), conforme especificado a seguir:

06 – SECRETARIA DE SAÚDE 002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.0006-1099 – RESOLUÇÃO SESA Nº 1.093/2025 - Aquisição de VANIAMBULÂNCIA/VEICULO 7 LUGARES 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente Valor: R\$ 570.000,00 Conta Despesa: 00353 Fonte: 00517
06 – SECRETARIA DE SAÚDE 002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.0006-1099 – RESOLUÇÃO SESA Nº 1.093/2025 - Aquisição de VANIAMBULÂNCIA/VEICULO 7 LUGARES 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente Valor: R\$ 182.000,00 Conta Despesa: 00385 Fonte: 00503
TOTAL ----- R\$ 752.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto, no artigo anterior, será utilizado como recursos o excesso de arrecadação da fonte de recurso, conforme demonstrado abaixo:



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
517	RESOLUÇÃO SESA Nº8822024 - AQUISIÇÃO DE UM ONIBUS	R\$ 570.000,00
303	Recursos Livres aplicação 15% saúde	R\$ 182.000,00
TOTAL		752.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, em 23 de setembro de 2025.



EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Assinado de forma digital por EMANOEL VANDERLEI VOLFF:64410412949
Dados: 2025.09.23 14:43:03 -03'00'

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

LEI Nº 807/2025
De 23 de setembro de 2025.

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2025 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, EMANOEL VANDERLEI VOLFF, Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, promulgo a seguinte

LEI:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Porto Barreiro, autorizado a abrir no Orçamento-Geral do Município para o exercício de 2025, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 410.000,00 (Quatrocentos e dez mil reais), conforme especificado a seguir:

07 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL 002 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE 08.243.0007-1098 – Deliberação nº 0132025 - CEDCAPR - Fortalecimento da Política da Criança e do Adolescente 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo Valor: R\$ 40.000,00 Conta Despesa: 00355 Fonte: 00932
07 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL 002 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE 08.243.0007-1098 – Deliberação nº 0132025 - CEDCAPR - Fortalecimento da Política da Criança e do Adolescente 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Valor: R\$ 100.000,00 Conta Despesa: 00365 Fonte: 00932

07 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL 002 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE 08.243.0007-1098 – Deliberação nº 0132025 - CEDCAPR - Fortalecimento da Política da Criança e do Adolescente 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Valor: R\$ 100.000,00 Conta Despesa: 00365 Fonte: 00932
07 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL 002 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

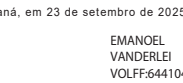
08.243.0007-1098 – Deliberação nº 0132025 - CEDCAPR - Fortalecimento da Política da Criança e do Adolescente
4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Valor: R\$ 270.000,00
Conta Despesa: 00375
Fonte: 00932
TOTAL ----- R\$ 410.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto, no artigo anterior, será utilizado como recursos o excesso de arrecadação, conforme demonstrado abaixo:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:	CONTA RECEITA	DESCRIÇÃO	VALOR
24.22.99.01.06.00.00.00	Deliberação nº 0132025 - CEDCAPR - Fortalecimento da Política da Criança e do Adolescente	R\$ 380.000,00	
1.3.21.01.01.01.00.00.00	Rendimentos Bancários	R\$ 30.000,00	
TOTAL		R\$ 410.000,00	

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, em 23 de setembro de 2025.



EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Assinado de forma digital por EMANOEL VANDERLEI VOLFF:64410412949
Dados: 2025.09.23 10:35:26 -03'00'

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

LEI Nº 808/2025
De 23 de setembro de 2025.

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2025 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, EMANOEL VANDERLEI VOLFF, Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, promulgo a seguinte

LEI:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Porto Barreiro, autorizado a abrir no Orçamento-Geral do Município para o exercício de 2025, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 752.000,00 (Setecentos e cinquenta e dois mil reais), conforme especificado a seguir:

06 – SECRETARIA DE SAÚDE 002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.0006-1099 – RESOLUÇÃO SESA Nº 1.093/2025 - Aquisição de VANIAMBULÂNCIA/VEICULO 7 LUGARES 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente Valor: R\$ 570.000,00 Conta Despesa: 00353 Fonte: 00517
06 – SECRETARIA DE SAÚDE 002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.0006-1099 – RESOLUÇÃO SESA Nº 1.093/2025 - Aquisição de VANIAMBULÂNCIA/VEICULO 7 LUGARES 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente Valor: R\$ 182.000,00 Conta Despesa: 00385 Fonte: 00503
TOTAL ----- R\$ 752.000,00



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto, no artigo anterior, será utilizado como recursos o excesso de arrecadação da fonte de recurso, conforme demonstrado abaixo:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:		
FORNTE	DESCRIÇÃO	VALOR
517	RESOLUÇÃO SESA Nº8822024 - AQUISIÇÃO DE UM ONIBUS	R\$ 570.000,00
303	Recursos Livres aplicação 15% saúde	R\$ 182.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, em 23 de setembro de 2025.



EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Assinado de forma digital por EMANOEL VANDERLEI VOLFF:64410412949
Dados: 2025.09.23 10:36:15 -03'00'

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2025 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, EMANOEL VANDERLEI VOLFF, Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, promulgo a seguinte

LEI:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Porto Barreiro, autorizado a abrir no Orçamento-Geral do Município para o exercício de 2025, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 410.000,00 (Quatrocentos e dez mil reais), conforme especificado a seguir:

07 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL 002 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE 08.243.0007-1098 – Deliberação nº 0132025 - CEDCAPR - Fortalecimento da Política da Criança e do Adolescente 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo Valor: R\$ 40.000,00 Conta Despesa: 00355 Fonte: 00932
07 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL 002 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE 08.243.0007-1098 – Deliberação nº 0132025 - CEDCAPR - Fortalecimento da Política da Criança e do Adolescente 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Valor: R\$ 100.000,00 Conta Despesa: 00365 Fonte: 00932

07 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL 002 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE 08.243.0007-1098 – Deliberação nº 0132025 - CEDCAPR - Fortalecimento da Política da Criança e do Adolescente 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Valor: R\$ 100.000,00 Conta Despesa: 00365 Fonte: 00932
07 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL 002 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP 85.169-000 - Centro - Marquinho - PR.
e-mail: pm.marquinho@pcc.org.br
DECRETO Nº 94/2025

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2025 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Marquinho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando a autorização contida na Lei nº 1.011 de 11 de setembro de 2025.

DECRETA:
Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município de Marquinho, no Exercício de 2025, até o valor de R\$ 575.000,00 (Quinhentos e setenta e cinco mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

07 – SECRETARIA DE SAÚDE 010 – Fundo Municipal de Saúde 10.301.0007-1085 – Resolução SESA Nº 1.049/2025 - Aquisição de um Micro Ônibus. 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente Valor: R\$ 450.000,00 Conta Despesa: 00255 Fonte: 00517 (Investimentos Saúde)
07 – SECRETARIA DE SAÚDE 010 – Fundo Municipal de Saúde 10.301.0007-1085 – Resolução SESA Nº 1.049/2025 - Aquisição de um Micro Ônibus. 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente Valor: R\$ 125.000,00 Conta Despesa: 00285 Fonte: 00000 (Recurso Livre)
TOTAL ----- R\$ 575.000,00

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto, no artigo anterior, será utilizado como recursos o excesso de arrecadação, conforme demonstrado logo abaixo:

00000	Recursos Livres	R\$ 125.000,00
TOTAL		R\$ 575.000,00

Artigo 48. São Recursos próprios os valores de dotação orçamentária

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marquinho, Estado do Paraná, em 23 de setembro de 2025.



ELIO BOLZON JUNIOR
Assinado de forma digital por ELIO BOLZON JUNIOR:64410412949
Dados: 2025.09.23 10:35:26 -03'00'

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP 85.169-000 - Centro - Marquinho - PR.
e-mail: pm.marquinho@pcc.org.br
DECRETO Nº 95/2025

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2025 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Marquinho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando a autorização contida na Lei nº 1.011 de 11 de setembro de 2025.

DECRETA:
Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município de Marquinho, no Exercício de 2025, até o valor de R\$ 1.748.000,00 (Um milhão, setecentos e quarenta e oito mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

07 – SECRETARIA DE SAÚDE 010 – Fundo Municipal de Saúde 10.301.0007-1085 – Resolução SESA Nº 1.147/2025 - Aquisições de Dois Ônibus. 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente Valor: R\$ 1.400.000,00 Conta Despesa: 00285 Fonte: 00517 (Investimentos Saúde)
07 – SECRETARIA DE SAÚDE 010 – Fundo Municipal de Saúde 10.301.0007-1085 – Resolução SESA Nº 1.147/2025 - Aquisições de Dois Ônibus. 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente Valor: R\$ 348.000,00 Conta Despesa: 00275 Fonte: 00000 (Recurso Livre)
TOTAL ----- R\$ 1.748.000,00

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto, no artigo anterior, será utilizado como recursos o excesso de arrecadação, conforme demonstrado logo abaixo:

EXCESSO ARRECADAÇÃO:	CONTA RECEITA	DESCRIÇÃO	VALOR
00517	Resolução SESA Nº 1.147/2025 - Aquisições de Dois Ônibus	R\$ 1.400.000,00	
00000	Recursos Livres	R\$ 348.000,00	
TOTAL		R\$ 1.748.000,00	

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marquinho, Estado do Paraná, em 23 de setembro de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP 85.169-000 - Centro - Marquinho - PR.
e-mail: pm.marquinho@pcc.org.br
DECRETO Nº 96/2025

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2025 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Marquinho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando a autorização contida na Lei nº 1.011 de 11 de setembro de 2025.

DECRETA:
Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município de Marquinho, no Exercício de 2025, até o valor de R\$ 1.748.000,00 (Um milhão, setecentos e quarenta e oito mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

07 – SECRETARIA DE SAÚDE 010 – Fundo Municipal de Saúde 10.301.0007-1085 – Resolução SESA Nº 1.147/2025 - Aquisições de Dois Ônibus. 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente Valor: R\$ 1.400.000,00 Conta Despesa: 00285 Fonte: 00517 (Investimentos Saúde)
07 – SECRETARIA DE SAÚDE 010 – Fundo Municipal de Saúde 10.301.0007-1085 – Resolução SESA Nº 1.147/2025 - Aquisições de Dois Ônibus. 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente Valor: R\$ 348.000,00 Conta Despesa: 00275 Fonte: 00000 (Recurso Livre)
TOTAL ----- R\$ 1.748.000,00

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto, no artigo anterior, será utilizado como recursos o excesso de arrecadação, conforme demonstrado logo abaixo:

Marquinho-PR, 05 de setembro de 2025.	
---------------------------------------	--

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marquinho, Estado do Paraná, em 23 de setembro de 2025.



ELIO BOLZON JUNIOR
Assinado de forma digital por ELIO BOLZON JUNIOR:64410412949
Dados: 2025.09.23 10:35:26 -03'00'

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP 85.169-000 - Centro - Marquinho - PR.
e-mail: pm.marquinho@pcc.org.br
DECRETO Nº 97/2025

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2025 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Marquinho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando a autorização contida na Lei nº 1.011 de 11 de setembro de 2025.

DECRETA:
Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município de Marquinho, no Exercício de 2025, até o valor de R\$ 1.748.000,00 (Um milhão, setecentos e quarenta e oito mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

07 – SECRETARIA DE SAÚDE 010 – Fundo Municipal de Saúde 10.301.0007-1085 – Resolução SESA Nº 1.037/2025 - Aquisição de Van/Ambulância/Veículo Utilitário. 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente Valor: R\$ 213.000,00 Conta Despesa: 00225 Fonte: 00000 (Recurso Livre)
07 – SECRETARIA DE SAÚDE 010 – Fundo Municipal de Saúde 10.301.0007-1085 – Resolução SESA Nº 1.037/2025 - Aquisição de Van/Ambulância/Veículo Utilitário. 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente Valor: R\$ 213.000,00 Conta Despesa: 00225 Fonte: 00000 (Recurso Livre)
TOTAL ----- R\$ 783.000,00

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto, no artigo anterior, será utilizado como recursos o excesso de arrecadação, conforme demonstrado logo abaixo:

EXCESSO ARRECADAÇÃO:	CONTA RECEITA	DESCRIÇÃO	VALOR
00517	Resolução SESA Nº 1.037/2025 - Aquisição de Van/Ambulância/Veículo Utilitário	R\$ 570.000,00	
00000	Recursos Livres	R\$ 213.000,00	
TOTAL		R\$ 783.000,00	



CÂMARA MUNICIPAL DE VIRMOND
Estado do Paraná
Rua Duque de Caxias, 50, centro, Cep.: 85390-000 – Tel.: (42) 3618-1006

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIRMOND, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, **PROMULGA** a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal:

EMENDA À LEI ORGÂNICA n. 002/2025

Dispõe sobre a alteração do artigo 53 da Lei Orgânica do Município de Virmond.

Os vereadores que esta subscrevem com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do artigo 63 da Lei Orgânica Municipal e 184 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Virmond/PR, vêm apresentar a presente proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal a Mesa Diretora da mesma casa legislativa para que tramite nos termos regimentais.

Art. 1º. O artigo 53 da LOM passa a vigorar com o seguinte texto:

“Art. 53. A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, na sede do Poder Legislativo, na forma do Regimento Interno e independente de convocação, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

Art. 2º. Esta Emenda à Lei Orgânica do Município de Virmond/PR entra em vigor na data de sua publicação.

Virmond/PR, 15 de setembro de 2025

ELIZEU KOMINECK

Presidente da Câmara Municipal

ARLETE TERESINHA STEFANOSKI

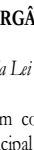
Vice Presidente

JOSÉ VANDERLEI RUTHS

Primeiro Secretário

ALEIXO KOMINECK

Segundo Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE VIRMOND
Estado do Paraná
Rua Duque de Caxias, 50, centro, Cep.: 85390-000 – Tel.: (42) 3618-1006



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
Rua da Glória, 175, Centro Cívico
Curitiba/PR, CEP 80030-060
<https://www.gov.br/incra>

ACORDO DE ADESAO - UMC Nº 796/2025/SR(09)PR-PTC/SR(09)PR-G/SR(09)PR/INCR

Processo nº 54000.084054/2025-13

ACORDO DE ADESAO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCR A E O MUNICÍPIO DE ESPÍGLIO ALTO DO IGUAÇU/PR. PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCR A, com sede em Brasília - DF, inscrito no CNPJ/MF nº 00.375.972/0002-41, neste ato representado pelo Superintendente Regional, Sr. Nilton Bezerra Guedes, nomeado por meio da Portaria nº 167, de 13 de Abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 14 de Abril de 2023, portador do CPF nº 540.189.359-00, residente e domiciliado em Curitiba - PR; e o Município de Espíglia Alto do Iguaçu - PR, com endereço na Rua Rua Braganey; inscrito no CNPJ/MF nº 01.612.634/0001-68, neste ato representado pelo Sr. Prefeito(a) Agenor Bertonecelo, nomeado em 01 de Janeiro 2025, portador do CPF nº 036.793.909-63, residente e domiciliado em Espíglia Alto do Iguaçu/PR.

RESOLVEM celebrar o presente **ACORDO DE ADESAO**, tendo em vista o que consta do Processo nº **54000.084054/2025-13** e em observância às disposições da Lei nº 11.952/2009, Lei nº 8.629/1993, Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 10.592/2020, Decreto nº 9.311/2018, Portaria Conjunta MDA/INCR A nº 4/2024 e Instrução Normativa INCR A nº 148 de 14 de Março de 2025, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do ACORDO DE ADESAO é a execução de atividades previstas no **PROGRAMA TERRA CIDADÃ** que tem como finalidade ampliar a capacidade operacional das ações de reforma agrária e de governança fundiária geridas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCR A) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), conforme especificações estabelecidas no PLANO DE TRABALHO em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os PARTÍCIPES obrigam-se a cumprir o PLANO DE TRABALHO que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente ACORDO DE ADESAO, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os PARTÍCIPES.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

São obrigações comuns dos PARTÍCIPES:

- Elaborar o PLANO DE TRABALHO do presente ACORDO;
- Monitorar os resultados, readequando as metas quando necessário;
- Cumprir as atribuições próprias, conforme definido no instrumento;
- Responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste ACORDO;
- Permitir o livre acesso a agentes da administração pública e entidade parceiras (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao ACORDO, assim como aos elementos de sua execução;
- Fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- Manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do ACORDO, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos PARTÍCIPES;
- Atender as exigências da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD; e,
- Obedecer as restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

Subcláusula Única. As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente ACORDO, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do PLANO DE TRABALHO.	
CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO ENTE FEDERATIVO/ENTIDADE PÚBLICA Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades do ENTE FEDERATIVO/ENTIDADE PÚBLICA: a) Implantar, no prazo de 30 dias, o "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária", disponibilizando local apropriado para a execução do objeto do ACORDO, conforme competências previstas, responsabilizando-se por eventuais encargos relativos ao imóvel disponibilizado, devendo tal local estar devidamente identificado, exibindo a informação ao público de que todos os serviços prestados são gratuitos; b) Designar, no prazo de 30 dias, por meio de ato oficial, os integrantes do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária", sejam efetivos, temporários ou comissionados, dentre os quais um Coordenador; c) Assumir a responsabilidade por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária e fiscais resultantes da execução do objeto deste ACORDO, inclusive os decorrentes de eventuais demandas judiciais, bem como todos os atos e fatos tributários; d) Colocar à disposição do INCRA, para capacitação nos locais e datas designadas, o(s) integrante(s) do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária", arcando com as correspondentes despesas; e) Disponibilizar veículo(s) para a execução dos trabalhos deste ACORDO, bem como garantir a manutenção e abastecimento dos mesmos, se previstas atividades de campo no PLANO DE TRABALHO; f) Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao INCRA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste ACORDO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado; g) Prestar informações e dar livre acesso ao INCRA, a qualquer tempo ou lugar, a todos os atos e fatos relacionados, direta ou indiretamente, com o instrumento pactuado; h) Divulgar a instalação do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária" e os serviços por ele prestados; i) Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas disponibilizados pelo INCRA, sendo responsável por eventual uso indevido; j) Comunicar tempestivamente ao INCRA qualquer anormalidade identificada que possa comprometer a segurança da informação; e, k) Informar imediatamente ao INCRA o descumprimento ou qualquer alteração de integrantes do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária".	
CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO INCRA São responsabilidades do INCRA: a) Coordenar as atividades do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária"; b) Prestar orientação e capacitação, mediante treinamento específico, aos profissionais alocados para o cumprimento do objeto pactuado, sobre procedimentos, atribuições e competências, nos assuntos relativos às atividades a serem desenvolvidas pelo "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária"; c) Disponibilizar aos integrantes do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária" o acesso às soluções tecnológicas do INCRA; d) Fornecer apoio técnico e orientação aos serviços, quando solicitado; e) Efetuar o devido tratamento das demandas recebidas através do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária", efetuando as respostas dentro dos prazos legais; f) Gerenciar os perfis de usuário dos integrantes do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária", contemplando as operações de inclusão, alteração, atualização ou inativação dos perfis; g) Acompanhar e fiscalizar a execução das atividades desempenhadas pelo "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária" por meio de supervisão presencial ou remota; e, h) Suspende preventivamente o acesso dos integrantes da PARCERIA aos sistemas, em caso de denúncia formal que possa configurar irregularidade ou ilegalidade, até a conclusão de averiguações pertinentes.	
CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO "SERVIÇO DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA E GOVERNANÇA FUNDIÁRIA" a) Realizar as atividades previstas no PLANO DE TRABALHO assinado entre as partes, de acordo com as especificações constantes na Instrução Normativa INCRA nº 148 de 14 de Março de 2025; b) Utilizar as plataformas e soluções tecnológicas desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para operacionalizar as ações do Programa;	
Subcláusula Primeira. Quando da execução do ACORDO, o(s) integrante(s) do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária" responderão nas esferas civil, penal e administrativa, pelas irregularidades/ilegalidades praticadas, ou pela ação ou omissão, dolosa ou culposa, que ocasionem prejuízos ao erário ou a terceiros. Subcláusula Segunda. O integrante do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária" acessará sua conta dos sistemas disponibilizados pelo INCRA através de login e senha e compromete-se a não informar a terceiros esses dados, responsabilizando-se pessoalmente e integralmente pelo uso que deles seja feito. Subcláusula Terceira. O integrante usuário será o único responsável pelas operações efetuadas em sua conta ou por meio dela, uma vez que o acesso à mesma só será possível mediante uso de senha, cujo conhecimento é exclusivo do usuário. Subcláusula Quarta. O integrante usuário compromete-se a notificar o INCRA, imediatamente, por meio seguro, a respeito de qualquer uso não autorizado de sua conta, assim como de acesso não autorizado por terceiros à mesma. Subcláusula Quinta. Os procedimentos operacionais de atuação do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária" serão detalhados no Manual de Planejamento e Procedimentos do Programa TERRA CIDADÃ.	
CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO Para o alcance do objeto pactuado, os PARTÍCIPES devem seguir o PLANO DE TRABALHO que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente ACORDO, bem como toda a documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os PARTÍCIPES. Subcláusula Única. As ações objeto do presente ACORDO serão executadas obedecendo rigorosamente às normas e instruções necessárias à execução das atividades do Programa TERRA CIDADÃ.	
CLÁUSULA OITAVA - DO GERENCIAMENTO DO ACORDO DE ADEÇÃO O ACORDO será gerenciado pelo Comitê Gestor Local da Superintendência Regional do INCRA e pelo Coordenador do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária", sendo que ambos são responsáveis solidariamente pela formalização, supervisão e monitoramento da PARCERIA, zelando por seu fiel cumprimento. Subcláusula Primeira. Competirá aos membros do Comitê Gestor Local e ao Coordenador da entidade parceira a comunicação bilateral, recebendo e tratando demandas genéricas sobre a execução do Programa, no âmbito das competências de cada um, de acordo com suas atribuições no âmbito da PARCERIA. Subcláusula Segunda. Sempre que o servidor designado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, no prazo de até 30 dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto. Subcláusula Terceira. Compete ao INCRA a autoridade normativa, o controle e a fiscalização da execução, conforme PLANO DE TRABALHO, bem como assumir ou transferir a responsabilidade sobre a mesma, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar descontinuidade do serviço.	
CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os PARTÍCIPES para a execução do presente ACORDO. Subcláusula Primeira. As despesas, necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como materiais, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outros que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos PARTÍCIPES. Subcláusula Segunda. As ações decorrentes do presente ACORDO serão prestadas em regime de cooperação mútua, não cabendo aos PARTÍCIPES quaisquer remunerações pelos mesmos.	
CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS HUMANOS Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPES, em decorrência das atividades inerentes ao presente ACORDO, não sofrerão alteração na sua vinculação, nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe. Subcláusula Única. As atividades não implicarão cessão de servidores, os quais poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no ACORDO e por prazo determinado.	
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO E VIGÊNCIA O prazo de vigência deste ACORDO será de 60 meses, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União - DOU, podendo ser prorrogado mediante a celebração de TERMO ADITIVO. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES O presente ACORDO poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante TERMO ADITIVO, desde que mantido o seu objeto.	
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO ENCERRAMENTO O presente ACORDO será extinto: a) Por advento do termo final, sem que os PARTÍCIPES tenham, até então, firmado aditivo para renová-lo; b) Por denúncia de qualquer dos PARTÍCIPES, se não tiver mais interesse na manutenção da PARCERIA, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 dias; c) Por consenso dos PARTÍCIPES antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e, d) Por rescisão. Subcláusula Primeira. Havendo a extinção do ACORDO, cada um dos PARTÍCIPES fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento. Subcláusula Segunda. Se, na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou de etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos PARTÍCIPES.	
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO O presente ACORDO poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos PARTÍCIPES, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 dias, nas seguintes situações: a) Quando houver o descumprimento de obrigação por um dos PARTÍCIPES que inviabilize o alcance do resultado do ACORDO; e b) Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto. Subcláusula Única. As responsabilidades necessárias poderão ocorrer por meios eletrônicos devendo compor os atos do processo administrativo do presente ACORDO.	
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO Os PARTÍCIPES deverão publicar extrato do ACORDO na imprensa oficial, conforme disciplinado no §3º do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.	
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS O ENTE FEDERATIVO/ENTIDADE PÚBLICA deverá aferir os benefícios e o alcance do interesse público obtidos em decorrência do ACORDO, mediante a elaboração de RELATÓRIO ANUAL, em modelo padrão apresentado pela Superintendência Regional do INCRA, de execução de atividades relativas à PARCERIA, discriminando os objetivos alcançados.	
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS As situações não previstas no presente ACORDO serão solucionadas de comum acordo entre os PARTÍCIPES, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.	
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO As controvérsias decorrentes da execução do presente ACORDO, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os PARTÍCIPES, deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública federal, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal CCAr, órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da PARCERIA. Subcláusula Única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste ACORDO o Juízo da Justiça Federal da Seção Judiciária do Paraná, nos termos do inciso I do Artigo 109 da Constituição Federal. E, por assim estarem plenamente de acordo, os PARTÍCIPES obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente ACORDO, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos representantes dos PARTÍCIPES, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.	
Nilton Bezerra Guedes Superintendente Regional do Incra/PR	

AGENOR
BERTONCELO

:03679390963

Assinatura digitalizada por AGENOR
Bertencello Luiz Bertoncello
RND - C=BR, CN=P/Brazil, OU=Secretaria de
Núcleo PPA, O=Paraná-PR, C=BR
ZNA-AGENCIAR BERTONCELO DEPT#SINISSIS
Pessoa Física e não é objeto do documento
Localização:
Cidade: 2020-03-22 18:33:06-03'00"
País: PT-BR Versão: 2020.1.0

Agenor Bertencello

Prefeito Municipal de Espigão Alto do Iguaçu/PR

Testemunhas:

1. Ana Maria Severiana - CPF 307.184.229-53

2. Antônio Carlos Cordeiro - CPF 544.252.719-04

seil

Assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por Nilton Bezerra Guedes, Superintendente, em 22/09/2025, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orcao_acesso_externo=0, informando o código verificador 25328886 e o código CRC AD3BA734.

ASSISBOP ASS INTERNI SAUDE CENTRO OESTE

RELATORIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JUNHO A AGOSTO DE 2025

Página: 1 / 1

WED - Anexo 2 ZIP_Art. 10, inciso I, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA R\$	DESPESES EMPENDIDAS			SEQUEL	DESPESAS LIQUIDADAS			BALANÇO
			No Saldos	Ano à 30/06/2025	% (30/06/2025)		No Saldos	Ano à 30/06/2025	% (30/06/2025)	
(DESPESA EXERCÍCIO ANTERIOR-ORÇAMENTARIAS(S))	1.000.000,00	17.361.000,00	3.000.000,00	15.796.000,00	70,34	8.700.700,12	3.040.000,00	15.796.000,00	70,34	8.800.700,12
ADMINISTRAÇÃO	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	1.760.000,00	73,00	1.760.000,00	2.000.000,00	1.760.000,00	80,00	1.760.000,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	1.760.000,00	73,00	1.760.000,00	2.000.000,00	1.760.000,00	80,00	1.760.000,00
SUADE	12.750.000,00	15.361.000,00	3.000.000,00	8.677.000,00	68,03	6.940.700,12	3.040.000,00	8.677.000,00	66,03	6.940.700,12
ATENÇÃO BÁSICA	800.000,00	12.561.000,00	2.000.000,00	8.477.000,00	67,53	6.940.700,12	3.040.000,00	8.477.000,00	66,03	6.940.700,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS(S)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL R\$ (+/- = 0)	1.000.000,00	17.361.000,00	3.000.000,00	15.796.000,00	70,34	8.700.700,12	3.040.000,00	15.796.000,00	70,34	8.800.700,12

CÂMARA MUNICIPAL DE VIRMOND

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.689/0001-09

Rua Duque de Caxias, n° 50, Centro – CEP: 85390-000

Fone: (42) 3618 10 06

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 046/2025 DE CONCESSÃO DE DIÁRIA

Em resposta ao Mem. 046/2025-CMV, eu Eliandro Pilarski, Diretor da Câmara Municipal de Virmond-Pr., concedo o neste requerido nos seguintes termos:

NOME: Elizeu Komineck

CARGO: Vereador

CPF. Nº 913.xxx.xxx-04

OBJETIVO DA VIAGEM: VIAGEM PARA CURITIBA-PR TENDO COMO PAUTA UMA VISITA AO GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL GUGU BUENO E AO GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL ARTAGAÕ JÚNIOR.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: 23/09/2025 À 24/09/2025.

ORIGEM: VIRMOND-PR

DESTINO: CURITIBA-PR

RETORNO: 24/09/2025

QUANTIDADE DE DIÁRIA: 01 (UMA) COM PERNOITE.

VALOR: R\$ 402,95 (QUATROCENTOS E DOIS REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS).

Virmond, 22 de setembro de 2025.

Eliandro Pilarski
Diretor Geral

Câmara Municipal de Virmond
Estado do Paraná
CNPJ: 95.587.689/0001-09
Rua Duque de Caxias, n° 50, Centro – CEP: 85390-000
Fone: (42) 3618 10 06

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA Nº 046/2025

Virmond/PR, 22 de setembro de 2025.

Exmo Sr.
Elizeu Komineck
Presidente
Câmara Municipal de Virmond -PR

Assunto: Concessão de diárias

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao estabelecido na Resolução Legislativa nº 03/2018, solicito que seja autorizada a realização de minha viagem à Curitiba– PR, para uma visita ao Gabinete do Deputado Estadual Gugú Bueno e ao Gabinete do Deputado Estadual Artagaõ Júnior, solicito sejam realizados os procedimentos necessários para a concessão da diária que forem devidas.

A saída está prevista para o dia 23 de Setembro de 2025, por volta das 04:00 horas, com retorno previsto para o dia 24 de Setembro de 2025, por volta das 18:00 horas.

Respeitosamente,

Elizeu Komineck
Vereador

EDITORIAL

Um novo capítulo na política fiscal do Paraná

Paraná deu mais um passo decisivo na direção de uma política tributária voltada ao alívio da população e ao estímulo da economia. A redução da alíquota do IPVA de 3,5% para 1,9%, sancionada pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior, é um movimento ousado que coloca o Estado em posição de destaque nacional: o menor IPVA do Brasil. A medida atinge diretamente 3,4 milhões de proprietários de veículos e representa, na prática, um alívio médio de 45% no bolso dos paranaenses.

Estado possui o menor IPVA do Brasil

Não é a primeira vez que a gestão estadual age nesse sentido. Em dezembro de

2024, o governo já havia isentado motocicletas de até 170 cilindradas do pagamento do imposto, alcançando mais de 732 mil pessoas, majoritariamente de baixa renda. Agora, a redução da alíquota amplia ainda mais o alcance social da política, contemplando desde automóveis populares até caminhonetes e utilitários. O impacto vai além do benefício individual. A medida reforça o poder de compra, injeta recursos na economia, incentiva a aquisição e a regularização de veículos e fortalece o setor automotivo local. O próprio mercado reagiu rapidamente: apenas dez dias após o anúncio da mudança, o número de emplacamentos cresceu 11%, sinal de que a confiança se renova quando o Estado envolve parte do esforço arrecadatório à sociedade. A ousadia, no entanto, não se

traduz em irresponsabilidade fiscal. O Paraná ostenta a melhor saúde financeira do Brasil, segundo o Tesouro Nacional, e mantém mecanismos de compensação para preservar o equilíbrio das contas públicas, como o aumento da multa por atraso no pagamento do imposto. Essa combinação de responsabilidade e sensibilidade social é o que confere legitimidade ao movimento. Ao reduzir a carga tributária sem comprometer a gestão, Ratinho Junior consolida uma marca: governar com equilíbrio, mas também com visão prática das necessidades cotidianas da população. Em tempos de desconfiança com a máquina pública, políticas assim reforçam o contrato de confiança entre Estado e cidadão. O resultado esperado é claro: mais justiça tributária, mais consumo, mais empregos e, sobretudo, a certeza de que o Paraná segue à frente quando o assunto é cuidar da sua gente.

EDITAIS



Câmara Municipal de Nova Laranjeiras
Estado do Paraná
CNPJ nº. 95.587.663/0001-60
Rua Rio Grande do Sul, nº. 2122, Centro – CEP: 85350-000
E-mail: contato@cmml.pr.gov.br / licitacao@cmml.pr.gov.br
Fone: (42) 99913-5236



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 12/2025 - CMNL
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base nos documentos e pareceres jurídicos, anexos, RATIFICA a Dispensa de Licitação Eletrônica nº. 12/2025 - Câmara Municipal, realizada através da Bolsa de Licitações e Leilões - BLL COMPRAS (<https://bllcompras.org.br>), cujo objeto é a contratação de empresa para fornecer 3.000 (três mil) litros de gasolina comum para os veículos oficiais da Câmara Municipal de Nova Laranjeiras-PR, e ADJUDICA o item da seguinte empresa:

PANDA AUTO POSTO LTDA CNPJ 03.222.765/0007-50, vencedora do LOTE 01 para fornecer 3.000 (três mil) litros de gasolina comum, por um período de 12 meses, sendo que apresentou proposta final no valor de **R\$ 18.570,00** (dezoito mil quinhentos e setenta reais), ou seja, R\$ 6,19 (seis reais e dezenove centavos) por litro de gasolina comum, para entrega parcelada, mediante solicitação do ente, entrega do produto e emissão de nota fiscal.

Nova Laranjeiras, 19 de setembro de 2025.

ADAIR
ONETTA
A:02490
747967
ADAIR ONETTA
Presidente da Câmara Municipal





Câmara Municipal de Nova Laranjeiras
Estado do Paraná
CNPJ nº. 95.587.663/0001-60
Rua Rio Grande do Sul, nº. 2122, Centro – CEP: 85350-000
E-mail: contato@cmml.pr.gov.br / legislativo@cmml.pr.gov.br
Fone: (42) 3637-1202



EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: Nº. 06/2025
Dispensa de licitação: Nº. 12/2025
Contratante: Câmara Municipal de Nova Laranjeiras
CNPJ Nº 95.587.663/0001-60
Empresa Contratada: PANDA AUTO POSTO LTDA
CNPJ Nº 03.222.765/0007-50
Objeto: 3.000 (três mil) litros de gasolina comum.
Valor: R\$ 18.570,00 (dezoito mil quinhentos e setenta reais), ou seja R\$ 6,19 (seis reais e dezenove centavos) por litro, sendo esse valor pago conforme o consumo e mediante emissão de nota fiscal.
Vigência: 12 (doze) meses, a partir do dia 25 de setembro de 2025.
Fundamento: Art. 75, inciso II da Lei nº. 14.133/21.

Nova Laranjeiras, 19 de setembro de 2025.

ADAIR
ONETTA
02490747
967
ADAIR ONETTA
Representante legal da CONTRATANTE

VALDIR GERVINSKI
Representante legal da CONTRATADA

VINICIUS DE OLIVEIRA
Fiscal de Contrato

SOLANGE DE FÁTIMA ALMEIDA
Testemunha

EDINO NOVAKOSKI
Testemunha

Correio

DO POVO DO PARANÁ

Filiado a



ADIPR
Associação dos Jornais e Portais do Paraná

FALE COM O CORREIO DO POVO:
Geral: (42) 3635-2944
Sugestões: (42) 99828-1511

REDAÇÃO ADMINISTRAÇÃO E PARQUE GRÁFICO
R. Cel. Guilherme de Paula, 876 - Centro - Laranjeiras do Sul - PR - Cep 85301-220
Fone: (42) 3635-2944

CIRCULAÇÃO: Cantuquiriguaçu e Amocentro; Laranjeiras do Sul, Guaraniáçu, Quedas do Iguaçu, Cantagalo, Nova Laranjeiras, Cândói, Três Barras do Paraná, São Jorge do Oeste, Rio Bonito do Iguaçu, Virmond, Saudade do Iguaçu, Diamante do Sul, Ibema, Catanduvas, Campo Bonito, Porto Barreiro, Marquinho Goioxim, Espigão Alto, Foz do Jordão, Reserva do Iguaçu, Pinhão, Guarapuava, Palmital, Pitanga, Laranjal, Sulina, Chopinzinho, Boa Ventura do São Roque, Santa Maria do Oeste, Saudade do Iguaçu e Coronel Vivida.

É proibida a reprodução do conteúdo deste jornal, em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita do Jornal Correio do Povo do Paraná.

Não nos responsabilizamos por opiniões publicadas por seus autores ou fontes, que não refletem necessariamente a opinião deste jornal. Nosso objetivo é fazer com que este veículo seja um instrumento de informação de interesse coletivo. Não nos responsabilizamos por informações contida em anúncios de terceiros.

ASSINATURAS
Receba diariamente na porta de sua casa as edições do Correio do Povo e fique por dentro de todas as novidades da região, estado, país e mundo!

Impresso
Anual: R\$ 299,90
Digital
Anual: R\$ 108,90
Mensal: R\$ 9,90
Impresso + Digital:
Anual: 349,90
Mensal: 29,90
*Valor promocional para novos assinantes

VENDAS EM BANCA
Edição única: R\$ 4,00

Contato: (42) 99828-1511

CONTATOS ONLINE
Redação: redacao@jcorreiodopovo.com.br
Anúncios: comercial@jcorreiodopovo.com.br
Telemarketing: telemarketing@jcorreiodopovo.com.br
Classificados: recepcao@jcorreiodopovo.com.br
Gráfica-serviços: grafica@jcorreiodopovo.com.br
Publicidade legal: publicacao@jcorreiodopovo.com.br

Fundado em 21 de setembro de 1991
GRÁFICA E EDITORA CANTU LTDA
CNPJ: 02.175.166/0001-74

Diretora Executiva: Joiceli do Santos Fabrício
Jornalista Responsável: Ademir Fagundes - RP 2453
Diretora Adjunta: Fabiana Fabricio
Editora-Chefe: Ana Cristina Gandim
Impressão: Gráfica Correio

REPRESENTAÇÕES:
Guaraniáçu (42)3635-2944
Quedas do Iguaçu (42)99929-6410

Lindomar Pereira - lindomarquedasjc@gmail.com
Curitiba e Brasília Merconeti Soluções em Mídia (42)3079-4666 - www.merconeti.com.br